POLÍCIA DESARTICULA ESQUEMA DE FURTOS DENTRO DE CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA AMAZON NO GRANDE RECIFE PÁG. 5

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 10 • Sábado, 02 de maio de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

OLINDA AFUNDA NA LAMA DA NEGLIGÊNCIA:

a ineficiente Mirella Almeida, a herança maldita de Lupércio, o maestro do malfeito e a Câmara omissa diante da tragédia



As fortes chuvas que atingiram Olinda, nessa sexta-feira (01), não trouxeram apenas alagamentos e transtornos. Trouxeram mortes, deslizamentos, destruição e o retrato cruel de uma cidade abandonada por quem deveria protegê-la. A lama que invade casas e destrói famílias também expõe a lama política de anos de omissão, incompetência e silêncio conveniente.

A tragédia mais triste, e ao mesmo tempo revoltante, aconteceu nesta sexta-feira (01), entre os bairros do Alto da Bondade e Passarinho, onde Bruna Karine da Silva, uma jovem de 20 anos e seu filho, Pietro da Silva Pimentel, de apenas seis meses, morreram soterrados após o deslizamento de uma barreira. Duas vidas perdidas por um problema antigo, conhecido e ignorado. Não foi acidente. Não foi fatalidade. Foi negligência pública.

Em Olinda, a chuva não mata sozinha. Mata a ausência de contenção de encostas. Mata a falta de drenagem. Mata a inexistência de planejamento urbano. Mata a prefeitura que chega tarde. Mata a Defesa Civil que age depois da tragédia. Mata o abandono institucionalizado.

A atual prefeita Mirella Almeida agora enfrenta o peso da realidade que atinge diretamente sua gestão. A cidade continua afundando, e a resposta segue insuficiente. O discurso de continuidade administrativa virou, na prática, a continuidade do problema.

Mas é impossível falar da crise de Olinda sem citar aquele que muitos moradores apontam como o verdadeiro arquiteto desse colapso: o ex-prefeito Professor Lupércio, o maestro desse malfeito.

Lupércio regeu durante anos uma gestão marcada pelo abandono estrutural, pela maquiagem administrativa e pela ausência de soluções reais. Foi ele quem comandou a orquestra do descaso, deixando como herança maldita uma cidade vulnerável, canais esquecidos, encostas sem proteção, bairros inteiros largados à própria sorte e uma população acostumada a sobreviver ao abandono.

A TRAGÉDIA DE HOJE TEM ASSINATURA NO PASSADO.

E o mais grave: essa herança continua viva, administrada sem ruptura, sem enfrentamento e sem coragem política para mudar o cenário. Mirella Almeida assumiu a prefeitura, mas até agora não conseguiu romper com o modelo de ineficiência herdado. O que se vê é a permanência da velha política com nova embalagem.

Enquanto isso, a Câmara Municipal de Olinda também carrega culpa direta nessa tragédia. O Legislativo, que deveria fiscalizar, preferiu muitas vezes o silêncio confortável da omissão. Vereadores negligentes, ausentes e submissos ao jogo político permitiram que o abandono se tornasse rotina.

A CÂMARA FOI OMISSA.

Onde estavam os vereadores diante das denúncias de barreiras sem contenção? Onde estavam diante dos alagamentos recorrentes? Onde estavam quando moradores gritavam por socorro e prevenção? Muitos preferiram o palanque, a foto e a conveniência eleitoral, enquanto a população enfrentava a lama dentro de casa.

Não basta agora aparecer em solidariedade protocolar diante dos caixões. A omissão também mata. E quem se cala diante do risco anunciado participa da tragédia.

Antônio Campos e Paulo Sales, do Movimento #ResisteOlinda, foram diretos ao afirmar que culpar apenas a chuva é um estelionato político. A nota pública denuncia galerias obstruídas, falta de limpeza urbana, Defesa Civil ineficaz e ausência completa de planejamento preventivo.

Não se trata de desastre natural. Trata-se de incompetência administrativa.

Trata-se de uma cidade onde o pobre vive com uma sentença de morte escrita na encosta atrás de casa.

Trata-se de uma política que abandona primeiro e lamenta depois.

Lupércio deixou o caos como maestro desse malfeito. Mirella ainda não mostrou força para romper com esse legado. E a Câmara Municipal preferiu assistir de camarote.

A morte de uma mãe e de um bebê de apenas seis meses não pode ser reduzida a mais uma manchete de inverno. É o símbolo mais cruel de uma estrutura pública falida, de uma herança política perversa e de uma classe dirigente que falhou miseravelmente.

Em Olinda, a pergunta não é mais se novas tragédias vão acontecer.

A pergunta é: quantas vidas ainda precisarão ser enterradas para que a negligência também seja responsabilizada?

Antonio Campos



Pernambuco cria 3,2 mil empregos em março e acelera geração de vagas em 2026 PÁG. 2

Desemprego volta a subir no Brasil e expõe fragilidade da economia apesar do discurso otimista do governo Lula PÁG. 3



ARTIGOS



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Segurança Pública em Olinda: entre a omissão e o dever legal

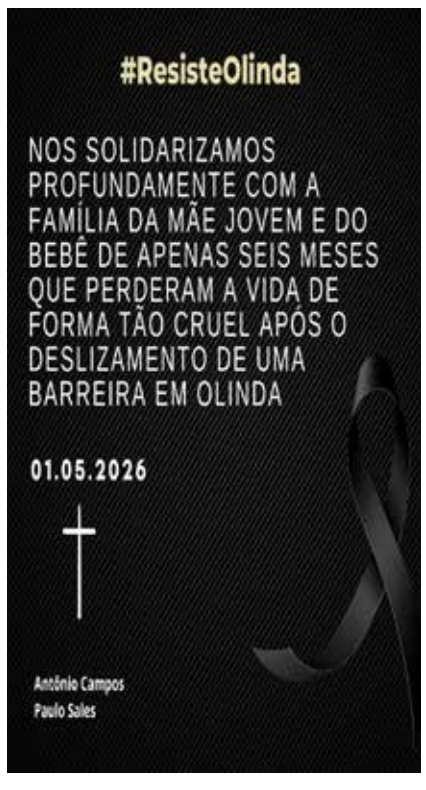
O Brasil das Bets: da Ilusão do Ganho Fácil à Crise Silenciosa das Famílias

América Latina: a aposta estratégica da década (2026–2035) PÁG. 5



POR DYOGO BASTOS
JORNALISTA

Imprensa internacional classifica rejeição de Messias ao STF como 'derrota histórica' de Lula PÁG. 4



Lula em queda: a desaprovação que já não cabe nas pesquisas

Foto: Wilton Junior/Estadão



Os números mais recentes da pesquisa Datafolha não são apenas estatísticas frias de um levantamento de opinião pública. Eles representam um retrato claro de um governo que perdeu conexão com parte significativa da população e que, mesmo com toda a estrutura política e institucional ao seu favor, enfrenta um desgaste crescente e cada vez mais difícil de esconder.

Segundo o levantamento, 51% dos brasileiros desaprovam o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto apenas 45% aprovam sua gestão. Quando se analisa a avaliação direta da administração, o cenário se torna ainda mais preocupante: 40% classificam o governo como ruim ou péssimo, enquanto somente 29% o consideram bom ou ótimo. Não se trata de uma oscilação pontual. É uma tendência.

O discurso oficial insiste em vender a ideia de reconstrução, estabilidade e prosperidade, mas a população sente outra realidade no bolso, na mesa e nas ruas. O custo de vida continua alto, a inflação sobre alimentos pesa sobre os mais pobres, a sensação de insegurança cresce e a promessa de melhoria concreta parece cada vez mais distante do cotidiano do brasileiro comum.

O governo fala em crescimento econômico, mas o povo fala em feira mais cara. O Planalto celebra indicadores técnicos, enquanto milhões de famílias tentam entender por que o salário continua insuficiente para fechar o mês. Essa desconexão entre narrativa e realidade cobra um preço político alto — e a pesquisa apenas confirma isso.

Há também um problema de postura. Lula voltou ao poder com o discurso da união nacional, mas o que se viu foi a continuidade da polarização, o fortalecimento de disputas ideológicas e uma insistente tentativa de transformar qualquer crítica em ataque à democracia. Governar exige mais do que palanque permanente. Exige entrega, presença e prioridade nas urgências reais da população.

Além disso, a imagem de um governo excessivamente preocupado com articulações políticas, acomodações partidárias e preservação de poder contribui para ampliar a sensação de frustração. O brasileiro esperava solução; recebeu justificativas. Esperava eficiência; encontrou burocracia. Esperava estabilidade; viu novos conflitos.

Até mesmo no Nordeste, historicamente um dos maiores redutos eleitorais de Lula, surgem sinais claros de desgaste. A fidelidade política já não é automática quando a realidade econômica aperta. O eleitor pode até manter simpatia histórica, mas a sobrevivência cotidiana costuma falar mais alto que a memória eleitoral.

O problema central talvez seja justamente esse: o governo parece mais empenhado em defender sua própria narrativa do que em reconhecer suas falhas. Há uma resistência em admitir erros, uma dificuldade em corrigir rotas e uma tendência de atribuir responsabilidades sempre a terceiros — ao governo anterior, ao Congresso, ao mercado, à oposição, às redes sociais.

Mas governar é assumir responsabilidade, não terceirizá-la.

A pesquisa Datafolha expõe algo que vai além da rejeição numérica: revela a erosão da confiança. E confiança política não se recupera com discurso, propaganda ou marketing institucional. Recupera-se com resultado.

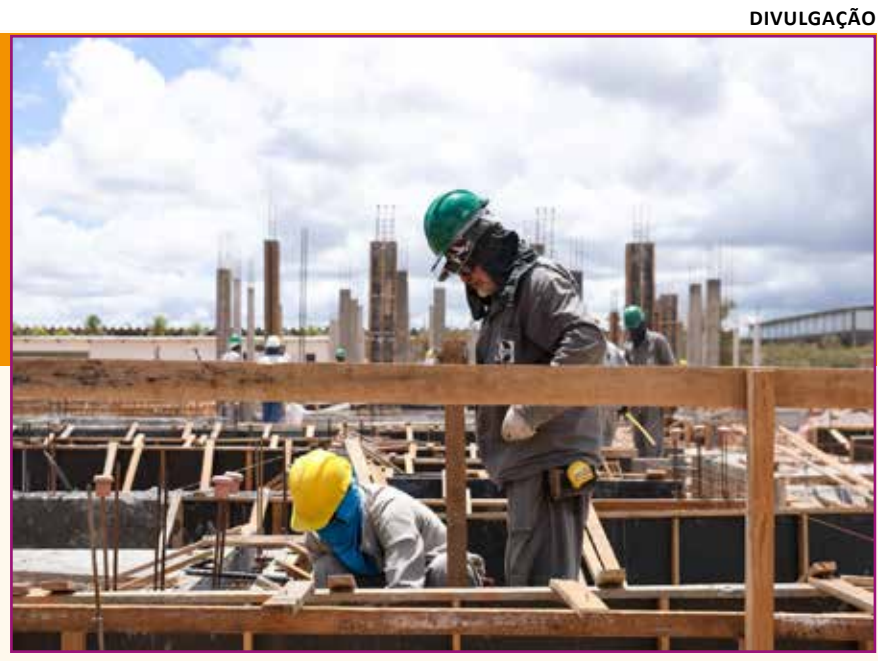
Lula ainda tem capital político, base social relevante e força eleitoral. Mas já não governa sob a blindagem simbólica de outros tempos. O presidente enfrenta hoje um país mais desconfiado, mais exigente e menos disposto a aceitar promessas sem entrega.

A desaprovação maior que a aprovação não é apenas um dado. É um aviso.

E ignorar avisos costuma ser o primeiro passo para derrotas ainda maiores.

Pernambuco cria 3,2 mil empregos em março e acelera geração de vagas em 2026

DIVULGAÇÃO



Pernambuco registrou saldo positivo de 3.287 empregos formais em março de 2026, segundo dados do Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O dado representa uma variação de 210% em relação ao mesmo período do ano passado, quando o estado havia fechado 2.990 postos de trabalho. O resultado reflete uma forte recuperação e reforça a trajetória de crescimento do mercado de trabalho em Pernambuco em 2026.

O desempenho foi puxado principalmente pelos setores de Serviços e Construção Civil. Juntos, os dois segmentos responderam pela maior parte das contratações no mês, com destaque para Serviços, que geraram 5.900 vagas, e Construção, com saldo de 2.489 empregos. O Comércio também apresentou resultado positivo, com 1.198 postos de trabalho.

"Estamos trabalhando incansavelmente para colocar Pernambuco em destaque no desenvolvimento econômico, com geração de emprego e renda. Muitas obras já foram entregues e muitas estão em andamento, como habitação, estradas e creches. O resultado mostra que estamos no caminho certo para garantir mais qualidade de vida para nosso povo", destacou a governadora Raquel Lyra.

No acumulado do ano, Pernambuco já soma 5.897 empregos formais, mais que o dobro do registrado no mesmo período de 2025, quando o saldo foi de 2.786 vagas. O resultado mantém o estado entre os destaques do Nordeste, ocupando a 4ª posição na região e a 16ª colocação no cenário nacional.

Desde janeiro de 2023, Pernambuco acumula 188.983 empregos gerados, número superior ao total registrado entre 2010 e 2022, com uma diferença de 14.998 vagas, o que representa um avanço de 8,6%.

"Pernambuco vem consolidando um ambiente cada vez mais favorável à geração de empregos, com crescimento consistente e avanço em diferentes setores da economia. Os resultados refletem o esforço do Governo do Estado em atrair investimentos, fortalecer cadeias produtivas e ampliar oportunidades para a população", afirmou a secretária de Desenvolvimento Econômico, Danielle Jar Souto.

"Nosso compromisso é preparar os pernambucanos para ocupar essas vagas, incentivar novos negócios e garantir que esse ciclo de crescimento seja sustentável e cada vez mais inclusivo em todo o estado", ressaltou o secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo, Diogo Alexandre Gomes Neto.

O resultado de março consolida um início de ano positivo para Pernambuco e reforça a continuidade do ritmo de geração de empregos formais, com impacto direto na renda e na atividade econômica em todo o Estado.

Pernambuco avança na preparação para a Copa do Mundo Feminina de 2027



Pernambuco deu mais um passo na preparação para a Copa do Mundo Feminina FIFA 2027™ ao receber, nesta quarta-feira (29), representantes do Ministério do Esporte e da FIFA para uma visita técnica à Arena de Pernambuco, no Recife, uma das cidades-sede do torneio.

A agenda incluiu reunião institucional e apresentação do Plano Integrado de Ações do Governo do Estado para a realização da competição, envolvendo áreas como segurança, mobilidade, saúde, turismo, infraestrutura e esportes.

Durante o encontro, o Governo de Pernambuco destacou o trabalho conjunto entre secretarias e órgãos estaduais para garantir a estrutura necessária ao Mundial. A secretária estadual de Esportes, Ivete Lacerda, ressaltou que o estado está mobilizado para receber uma Copa histórica.

A visita também reforçou o alinhamento entre Governo Federal, FIFA e cidades-sede na construção dos protocolos técnicos do evento. Representantes do Ministério do Esporte avaliaram positivamente o andamento das ações e destacaram a experiência de Pernambuco na realização de grandes eventos.

Além da vistoria na Arena Pernambuco, a programação reuniu representantes de órgãos federais e da FIFA para discutir governança, logística e o legado social e esportivo que o torneio pode deixar para o futebol feminino no Brasil.

Com o Recife entre as sedes do Mundial, Pernambuco segue fortalecendo sua preparação para receber um dos maiores eventos esportivos do planeta.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Desemprego volta a subir no Brasil e expõe fragilidade da economia apesar do discurso otimista do governo Lula

A taxa de desemprego no Brasil subiu para 6,1% no trimestre encerrado em março de 2026, segundo dados divulgados pelo IBGE por meio da PNAD Contínua. Embora o governo tente vender o resultado como positivo por ser o menor índice para um primeiro trimestre desde o início da série histórica, a alta em relação aos meses anteriores revela sinais de desaceleração e fragilidade no mercado de trabalho.

No trimestre encerrado em dezembro de 2025, o desemprego estava em 5,1%, o menor nível da série histórica. Em fevereiro deste ano, a taxa já havia avançado para 5,8%, e agora voltou a ultrapassar a marca de 6%, mostrando que a recuperação do emprego não é tão sólida quanto o discurso oficial tenta sustentar.

FOTO: SÉRGIO LIMA/PODER 360



O número de brasileiros em busca de trabalho chegou a 6,6 milhões, um aumento de 19,6% em relação ao trimestre anterior. Isso representa mais 1,1 milhão de pessoas desempregadas em poucos meses, um dado que desmonta a narrativa de estabilidade econômica propagada pelo governo federal.

Além disso, o total de pessoas ocupadas caiu para 102 milhões, com redução de cerca de 1 milhão de trabalhadores em comparação com o fim de 2025. Parte desse movimento é explicada pelo encerramento de vagas temporárias do fim de ano, mas especialistas apontam que a perda de ritmo na geração de empregos também está ligada ao ambiente de juros altos, baixo investimento e insegurança econômica.

Mesmo com a queda da informalidade para 37,3%, ainda são 38,1 milhões de brasileiros vivendo sem garantia trabalhista plena, dependendo de renda instável e sem proteção previdenciária adequada. O dado mostra que o problema não está apenas em conseguir emprego, mas na qualidade dessas ocupações.

Na comparação com março do ano passado, a taxa caiu de 7% para 6,1%, mas isso não elimina o alerta de curto prazo. A piora recente indica que o mercado reage com sensibilidade ao cenário fiscal incerto, ao endividamento das famílias e à dificuldade de expansão do setor produtivo.

Enquanto o Planalto insiste em apresentar números isolados como prova de sucesso econômico, a realidade de milhões de brasileiros continua marcada pela dificuldade de conseguir trabalho estável, renda suficiente e segurança financeira. O desemprego que volta a crescer mostra que a recuperação ainda está longe de ser consolidada.

O desafio agora será impedir que essa alta continue nos próximos meses e se transforme em nova pressão social, principalmente nas regiões mais pobres do país, onde a dependência de empregos informais e temporários ainda é muito maior.

Erro de empresas no IR leva milhares de trabalhadores à malha fina e atrasa restituição

Um erro no envio de informações por empresas à Receita Federal tem levado milhares de trabalhadores à malha fina do Imposto de Renda 2026 e provocado atraso no pagamento de restituições. O problema está relacionado à nova forma de apuração do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), após o fim da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf), que deixou de ser utilizada neste ano.

Com a mudança, a Receita passou a usar principalmente os dados enviados por meio do eSocial e da EFD-Reinf, sistemas digitais que concentram informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias das empresas. Como esses registros são mais detalhados e enviados mensalmente, erros de preenchimento têm provocado divergências entre o que foi informado ao Fisco e o que aparece no informe de rendimentos entregue ao trabalhador.

Na prática, muitos contribuintes preenchem a declaração com base no informe fornecido pela empresa, mas, quando a Receita cruza esses dados com o eSocial, qualquer diferença pode fazer com que a declaração seja automaticamente retida para análise.

Até agora, a Receita Federal já recebeu mais de 14 milhões de declarações do Imposto de Renda 2026. Desse total, cerca de 8,15% caíram na malha fina, o equivalente a quase 897 mil contribuintes. Segundo estimativas do órgão, o número de retenções está cerca de 2% maior neste ano em comparação com o mesmo período anterior.

Entre os erros mais comuns identificados estão empresas que classificaram o décimo terceiro salário como rendimento tributável comum, quando ele deveria constar como tributação exclusiva na fonte. Também há falhas relacionadas ao período correto de lançamento dos salários, já que a Receita considera a data efetiva do pagamento e não o mês de referência do trabalho

Segundo Vinicius Lara de Oliveira, chefe da malha fina da Receita Federal, a complexidade maior do novo sistema explica boa parte dessas inconsistências.

"O e-Social, que cuida dessa parte de folha de pagamentos, é uma declaração mensal que tem muito mais detalhes, muito mais exigências, e que é muito mais complexa", explicou.

A Receita afirma que, na maioria dos casos, o problema não está no contribuinte, mas sim na forma como a empresa classificou as informações enviadas ao sistema. Em muitos casos, o informe de rendimentos entregue ao trabalhador está correto, enquanto o erro aparece apenas na transmissão digital feita ao Fisco.

Para quem caiu na malha fina, a orientação é primeiro conferir cuidadosamente todas as informações do informe de rendimentos e verificar a situação da declaração no portal e-CAC ou no aplicativo Meu Imposto de Renda. Se houver erro da empresa, o ideal é procurar o empregador e solicitar a correção antes de enviar uma declaração retificadora.

A própria Receita explica que, quando a empresa ajusta os dados corretamente, o sistema pode fazer o reprocessamento automático da declaração, liberando a pendência sem necessidade de nova ação do contribuinte.

"Malha não é punição; é etapa de conferência", reforça a Receita Federal.

Além das falhas das empresas, continuam entre os principais motivos para cair na malha fina a omissão de rendimentos, rendimentos de dependentes não declarados, despesas médicas não confirmadas e gastos que não podem ser abatidos legalmente, como vacinas, medicamentos e serviços sem previsão de dedução.

O prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda 2026 segue até 29 de maio, e a expectativa da Receita Federal é receber cerca de 44 milhões de declarações em todo o país. Quanto mais rápido o contribuinte identificar e corrigir pendências, maior a chance de voltar à fila de restituição sem atrasos maiores.

Programa Ponte Tech, da Adepe com o Porto Digital, já conectou 164 empresas pernambucanas a mercado nacionais

O programa Ponte Tech, iniciativa do Governo de Pernambuco por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe), em parceria com o Porto Digital, segue em uma fase de consolidação em 2026, funcionando como elo entre o ecossistema pernambucano de inovação e grandes mercados consumidores do país.

Com foco na expansão de negócios e na geração de oportunidades comerciais, o programa já ativou 164 empresas pernambucanas — sendo 74,39% startups e 25,6% corporações — em ações que incluem participação em feiras, rodadas de negócios e agendas com potenciais clientes. A iniciativa surgiu como um desdobramento das estratégias de fomento econômico conduzidas pela Adepe, ampliando o alcance de programas como a Arena de Negócios, uma das principais ativações do festival REC'n'Play. A proposta do programa é ir além da atração de grandes investimentos estruturantes, tradicionalmente liderada pela agência, e avançar também na oferta de soluções tecnológicas de rápida implementação para empresas de diferentes setores.



Nesse contexto, o Ponte Tech atua como uma curadoria qualificada de soluções desenvolvidas em Pernambuco, conectando demandas reais do mercado — especialmente da região Sudeste — a empresas locais com capacidade de entrega já consolidada. "O Porto Digital já é referência nacional como ecossistema e nossas startups têm alto nível de inovação e qualidade em suas entregas. Com a expertise da Adepe em captação de investimentos, o

Ponte Tech vem acelerar a materialização da nossa autoridade técnica em novos negócios e novas parcerias", diz Fellipe Sabat, superintendente de Negócios e Produtos do Porto Digital.

Para 2026, o planejamento prevê a participação em pelo menos seis feiras estratégicas em todo o país, além de outras agendas institucionais lideradas pela Adepe. O movimento inclui a preparação das empresas participantes, com treinamentos e orientações voltadas à atuação em mercados mais competitivos.

"É por meio do Ponte Tech que conseguimos criar oportunidades concretas para as startups pernambucanas, conectando a inovação local a grandes vitrines nacionais. O programa amplia o alcance dessas empresas, fortalece a inserção do nosso ecossistema em mercados estratégicos e reafirma a vocação de Pernambuco como um polo de inovação, capaz de integrar tradição e tecnologia para gerar desenvolvimento econômico e social", destaca Roberta Andrade, diretora-presidente interina da Adepe.

Empresas participantes já relatam avanços em contatos comerciais a partir das agendas realizadas, especialmente em eventos setoriais de grande porte, indicando o potencial do programa como ferramenta de inserção nacional. A MV, especializada em tecnologia para saúde, teve participação na HealthCare Innovation Show viabilizada pelo programa. "A presença em eventos como esse é estratégica porque conecta executivos que lideram projetos de alto impacto na saúde, atuando nos principais players do mercado. Esse tipo de conexão fortalece pontes e contribui para que a evolução tecnológica no setor aconteça de forma mais integrada, sinérgica e estruturada", diz Ramon Maia, diretor de negócios da MV.

"Iniciativas como o Ponte Tech precisam ser intensificadas, pois elas de fato abrem portas e promovem o entrelaçamento entre as empresas do Porto Digital e o mercado consumidor, especialmente no segmento B2B. Para nós, a experiência foi excelente: o evento permitiu uma aceleração do processo de confiança naquelas negociações que já tínhamos em andamento, consolidando nossas conexões de mercado", diz Maristone Gomes, fundador e CEO da Salvus, que impulsiona transformação digital no setor da saúde.

Empresas interessadas em participar do programa podem se inscrever por meio do site do Ponte Tech, preenchendo formulário. Mais informações no email potentech@portodigital.org.

Número de praias impróprias para banho cresce em Pernambuco e acende alerta para banhistas; Olinda lidera piores trechos

FOTO: CRYSLI VIANA/DP



O número de praias consideradas impróprias para banho em Pernambuco voltou a subir, segundo o mais recente boletim de balneabilidade divulgado pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). O levantamento mostra que 13 dos 27 pontos analisados no litoral pernambucano estão vetados para atividades de recreação e banho de mar, o que representa quase metade das áreas monitoradas no estado.

A maior concentração de trechos reprovados continua no Litoral Norte. Olinda lidera novamente o ranking negativo, com quatro praias classificadas como impróprias: Rio Doce, Bairro Novo, Carmo e Milagres. Paulista aparece em seguida, com três pontos vetados, enquanto Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho registram dois trechos cada. Recife e Itamaracá têm uma praia imprópria cada.

Entre os locais onde a CPRH recomenda evitar o banho estão a Praia de Jaguaribe, em Itamaracá; trechos das praias do Janga e Maria Farinha, em Paulista; Rio Doce, Bairro Novo, Carmo e Milagres, em Olinda; a Praia do Pina, no Recife; Candeias e Barra de Jangadas, em Jaboatão; além de Suape e Enseada dos Corais, no Cabo de Santo Agostinho.

O avanço no número de praias impróprias reforça um problema antigo ligado à falta de saneamento básico, despejo irregular de esgoto e influência das chuvas, que aumentam o carreamento de resíduos para o mar. Em muitos casos, a contaminação ocorre justamente em áreas bastante frequentadas por moradores e turistas, elevando o risco de doenças de pele, infecções gastrointestinais e outros problemas de saúde.

A classificação da balneabilidade é feita semanalmente pela CPRH com base na Resolução nº 274/00 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A análise considera a concentração de coliformes termotolerantes em amostras coletadas em locais com cerca de um metro de profundidade, normalmente os mais utilizados pelos banhistas. Quando os níveis ultrapassam os limites permitidos, a praia passa a ser considerada imprópria.

Segundo a CPRH, águas salinas destinadas ao contato primário são classificadas como próprias quando 80% ou mais das amostras apresentam no máximo 1.000 coliformes termotolerantes por 100 mililitros. Quando esse critério não é atendido, ou quando a última coleta apresenta mais de 2.500 coliformes por 100 mililitros, o local é reprovado para banho.

A orientação é que a população consulte semanalmente o boletim antes de frequentar o litoral e evite entrar no mar em trechos sinalizados como impróprios, principalmente após períodos de chuva intensa, quando a qualidade da água tende a piorar ainda mais.

O novo aumento no número de praias vetadas expõe novamente a fragilidade da infraestrutura sanitária em Pernambuco e reacende a cobrança por investimentos mais efetivos em saneamento e preservação ambiental, sobretudo em áreas urbanas densamente povoadas da Região Metropolitana do Recife.

Pernambuco inicia campanha obrigatória de atualização cadastral de rebanhos e produtores devem regularizar dados em maio



A Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro) inicia, entre os dias 1º e 31 de maio, a primeira etapa da Campanha de Atualização Cadastral 2026, voltada para criadores de animais em todo o estado. A medida é obrigatória e tem como objetivo manter atualizado o controle sanitário dos rebanhos e fortalecer a vigilância agropecuária em Pernambuco.

Durante o período, os produtores rurais deverão comparecer a um dos 162 escritórios da Adagro espalhados pelo estado para atualizar a ficha sanitária dos animais e regularizar as informações da propriedade. A campanha abrange bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos, equinos, suínos, aves, além de peixes, moluscos, camarões e abelhas.

A atualização cadastral é considerada essencial para o monitoramento sanitário e para a prevenção de doenças que podem afetar a produção animal e comprometer o comércio agropecuário. O levantamento também permite maior controle sobre a movimentação dos rebanhos e fortalece ações de fiscalização em casos de surtos sanitários.

Entre as informações exigidas estão quantidade de animais, espécie, sexo, faixa etária, nascimentos, mortes e localização geográfica da criação. Também é necessário apresentar documentos pessoais, como CPF ou CNPJ, além dos dados atualizados da propriedade rural.

A Adagro alerta que o não cumprimento da obrigação pode gerar bloqueio do cadastro do produtor, impedimento para emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA), aplicação de multas e até restrições para acesso a financiamentos e créditos agropecuários. A GTA é indispensável para transporte e comercialização legal dos animais.

A campanha ocorre em um momento de reforço da política de defesa sanitária no estado, principalmente diante da necessidade de manutenção do status sanitário de Pernambuco em relação a doenças como febre aftosa e outras enfermidades que impactam diretamente a cadeia produtiva.

Além do atendimento presencial, a atualização cadastral também contribui para o planejamento de políticas públicas voltadas ao setor rural, permitindo que o Estado tenha dados mais precisos sobre a realidade da produção agropecuária pernambucana.

A recomendação é que os criadores não deixem para os últimos dias e procurem o escritório da Adagro mais próximo para evitar filas e pendências administrativas. A regularização dentro do prazo evita sanções e garante a continuidade das atividades produtivas sem impedimentos legais.

A campanha reforça a importância do controle sanitário como ferramenta de proteção econômica e de segurança alimentar, especialmente em um estado onde a agropecuária mantém papel relevante na geração de emprego e renda.



ARTIGO

POR DYOGO BASTOS

JORNALISTA

Imprensa internacional classifica rejeição de Messias ao STF como 'derrota histórica' de Lula

A rejeição do nome de Jorge Messias para uma vaga no Supremo Tribunal Federal não foi apenas uma derrota parlamentar. Foi um terremoto político. Pela primeira vez em mais de 130 anos, o Senado Federal barrou a indicação de um presidente da República para o STF e isso aconteceu justamente com Luiz Inácio Lula da Silva, que buscava consolidar mais uma escolha estratégica para a mais alta Corte do país.

Messias, atual advogado-geral da União e homem de confiança de Lula, precisava de ao menos 41 votos para ser aprovado. Recebeu apenas 34. Foram 42 votos contrários, um placar duro, simbólico e devastador para o Palácio do Planalto. A indicação havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça, mas naufragou no plenário, revelando que a base governista é muito mais frágil do que o discurso oficial tenta sustentar.

A repercussão foi imediata e internacional. O jornal espanhol El País classificou o episódio como uma "derrota histórica" para Lula. O americano Washington Post tratou o caso como um "golpe político" do Senado contra o presidente. O argentino Clarín descreveu a votação como uma "severa derrota", enquanto a agência Reuters chamou o revés de "derrota pesada", destacando o desgaste entre Lula e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Não se trata apenas de um nome rejeitado. Trata-se de autoridade política em xeque.

Lula apostou alto em Jorge Messias. O AGU era visto como uma escolha de confiança, de alinhamento ideológico e também como uma tentativa de sinalização ao eleitorado evangélico. Mas o Senado respondeu com frieza e cálculo político. A mensagem foi clara: o presidente não governa sozinho e sua influência já não intimida como antes.

Nos bastidores, a rejeição também expõe o desgaste com Davi Alcolumbre, que defendia outro nome para a vaga. A insistência de Lula em manter Messias, ignorando os sinais do Senado, foi lida como erro de articulação e excesso de autoconfiança. O governo falhou na conta política e pagou caro por isso.

Mais grave ainda é o simbolismo do momento. Em ano eleitoral, com queda de popularidade e enfrentando resistência crescente no Congresso, Lula sofre uma derrota pública que alimenta adversários e enfraquece a narrativa de governabilidade. A oposição transforma o episódio em troféu político, enquanto aliados tentam conter os danos.

A rejeição de Messias não é apenas sobre o STF. É sobre poder. É sobre controle. É sobre a erosão da autoridade presidencial.

Quando o Senado derruba uma indicação dessa magnitude, não está apenas recusando um nome. Está testando os limites do governo.

E, desta vez, Lula perdeu. Feio. Historicamente.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Segurança Pública em Olinda: entre a omissão e o dever legal

Segurança pública não é uma escolha política, tampouco uma pauta secundária sujeita às conveniências administrativas ou aos interesses eleitorais de ocasião. Trata-se de uma obrigação legal, constitucional e institucional. Em Olinda, no entanto, há sinais preocupantes de que esse dever fundamental não vem sendo plenamente cumprido.

A realidade atual evidencia fragilidades estruturais na condução da política municipal de segurança pública. A Secretaria de Segurança Cidadã apresenta falhas de funcionamento, ausência de integração eficiente entre os órgãos competentes e carência de resultados concretos que possam ser percebidos pela população. Soma se a isso a ineficácia do chamado Plano Municipal de Prevenção à Violência, que, embora exista formalmente, não se materializa em ações práticas capazes de enfrentar o avanço da criminalidade no município.

Sem plano efetivo, não há ação consistente.

Sem planejamento, não existe governança.

E sem governança, qualquer política pública se transforma em mera retórica, incapaz de produzir impacto real na vida das pessoas.

A ausência de uma política pública estruturada gera um vácuo institucional que rapidamente é ocupado pela violência. O crescimento da criminalidade, especialmente nas áreas mais vulneráveis, não surge de forma espontânea: ele é, muitas vezes, consequência direta da omissão do poder público.

É necessário compreender que segurança pública não se resume à repressão policial. Ela exige uma atuação integrada, permanente e multidisciplinar, envolvendo também políticas sociais, assistência e saúde pública. A situação das pessoas em condição de vulnerabilidade, especialmente aquelas afetadas pela dependência química e pelo abandono social, exige resposta urgente do Estado. Ignorar esse cenário não apenas agrava a exclusão social, mas fortalece ciclos de violência que atingem toda a cidade.

A omissão do poder público, nesse contexto, não é neutra. Ela produz consequências jurídicas, administrativas e institucionais graves. A inércia administrativa pode ensejar responsabilização dos gestores, inclusive por improbidade administrativa, além de comprometer transferências de recursos, gerar bloqueios institucionais e aprofundar a perda de credibilidade da gestão pública. Não se trata apenas de má administração, trata se de possível descumprimento da legislação vigente.

O arcabouço jurídico brasileiro é claro. A Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), estabelece diretrizes para o planejamento, a integração e a cooperação entre os entes federativos. Os Decretos nº 9.489/2018 e nº 10.822/2021 reforçam a necessidade de estruturação sistêmica, coordenação institucional e implementação efetiva de políticas públicas de segurança.

Diante desse cenário, o Município de Olinda precisa avançar de forma concreta em três eixos fundamentais:

1. Estruturação de uma Política Municipal de Segurança Pública sólida, baseada em diagnóstico real, metas claras e responsabilidade institucional;

2. Implementação efetiva de um Sistema Municipal de Segurança, integrado aos demais entes federativos e às forças de segurança estaduais e federais;

3. Execução prática de um Plano Municipal de Segurança Pública com monitoramento permanente, avaliação de resultados e transparência perante a sociedade.

Não implementar esses instrumentos de forma real e funcional não representa apenas ineficiência administrativa, representa descumprimento legal.

Segurança pública se constrói com planejamento, integração entre órgãos, capacidade de execução e responsabilidade de gestão. Sem esses pilares, qualquer discurso perde legitimidade.

Olinda não pode continuar refém da improvisação.

Olinda não pode aceitar a normalização da violência.

A população tem o direito de cobrar. E deve cobrar.

Porque, no fim das contas, a questão é simples:
Olinda merece respeito.
Olinda merece segurança.
Olinda, 29 de abril de 2026.

O Brasil das Bets: da Ilusão do Ganho Fácil à Crise Silenciosa das Famílias

O Brasil das Bets: da Ilusão do Ganho Fácil à Crise Silenciosa das Famílias

Nos últimos anos, o Brasil assistiu à explosão das plataformas de apostas esportivas, as chamadas bets. O que começou como uma novidade digital rapidamente se transformou em um fenômeno de massa, alterando hábitos de consumo, comprometendo a renda das famílias e gerando consequências que vão muito além do jogo.

Dados recentes da Confederação Nacional do Comércio (CNC) revelam a dimensão do problema: entre 2023 e 2025, as apostas retiraram R$ 143,8 bilhões do comércio brasileiro. Para efeito de comparação, esse valor equivale ao faturamento do varejo nos dois últimos natais, tradicionalmente o período mais lucrativo do setor.

O crescimento é vertiginoso. Em janeiro de 2023, os brasileiros gastavam cerca de R$ 4 bilhões por mês com apostas. Em dezembro de 2025, esse número saltou para R$ 29 bilhões mensais, um aumento superior a sete vezes em menos de três anos. Trata-se de uma transformação abrupta no destino da renda nacional.

Esse deslocamento de recursos tem efeitos diretos na economia real. Segundo a CNC, cada R$ 1 bilhão direcionado às apostas reduz em 0,7% o faturamento do varejo. Ou seja, não se trata apenas de uma escolha individual de consumo, mas de um desvio estrutural de recursos que enfraquece o comércio, reduz empregos e desacelera a economia.

O impacto social é ainda mais preocupante. O estudo aponta que 269 mil famílias brasileiras entraram na inadimplência diretamente por causa das apostas. Entre as famílias com renda de até cinco salários mínimos, justamente as mais vulneráveis, o efeito é mais severo. Nesses lares, o dinheiro destinado à sobrevivência básica passa a alimentar um ciclo de risco e perda.

Mesmo nas classes mais altas, com renda superior a dez salários mínimos, houve aumento nos atrasos de pagamento, evidenciando que o problema não se restringe à pobreza, mas atinge toda a estrutura social.

O Brasil, nesse cenário, começa a se aproximar perigosamente de um modelo que lembra Las Vegas, não pela sofisticação, mas pela lógica: uma economia paralela baseada na promessa de ganho rápido e sustentada pela perda contínua da maioria.

Mas talvez o aspecto mais grave ainda esteja sendo subestimado: o caráter viciante das apostas. As plataformas utilizam mecanismos sofisticados de estímulo comportamental, como recompensas intermitentes, gamificação e acesso instantâneo, que potencializam a dependência. Não se trata apenas de escolha racional, mas de um ambiente desenhado para capturar o usuário.

Diante disso, torna-se urgente tratar o vício em apostas como uma questão de saúde pública. O Brasil carece de políticas estruturadas de prevenção, regulação efetiva e, principalmente, apoio aos dependentes.

Nesse contexto, ganha força a necessidade de criação de iniciativas inspiradas em modelos já consolidados, como os Alcoólicos Anônimos. Uma organização de Jogadores Anônimos em escala nacional poderia oferecer suporte psicológico, acolhimento e recuperação para milhares de pessoas que hoje enfrentam o problema de forma isolada e silenciosa.

Além disso, o Estado precisa assumir um papel mais ativo: regulamentação rigorosa da publicidade, limites de acesso, transparência nas operações das plataformas e campanhas de conscientização. Não se trata de proibir, mas de reconhecer que há um custo coletivo elevado sendo pago.

O crescimento das bets não é apenas um fenômeno econômico, é um sinal de alerta social. Quando o entretenimento passa a competir com a subsistência, quando o jogo substitui o consumo essencial, e quando o sonho de ganhar se transforma em dívida, o país precisa reagir.

O Brasil não pode se tornar uma nação de apostadores endividados. É preciso romper a ilusão antes que o custo humano se torne irreversível.

Recife, 30 de abril de 2026.
Antônio Campos
Advogado e escritor.

América Latina: a aposta estratégica da década (2026–2035)

A América Latina começa a ser vista, de forma cada vez mais consistente, como a região mais estratégica do mundo para a década de 2026 a 2035. Essa não é apenas uma percepção política ou cultural, trata-se de uma leitura fundamentada em dados econômicos e tendências globais. Segundo a Aurelion Research, empresa internacional de análise, a região desponta como alternativa natural à Ásia, sobretudo em razão do fenômeno do nearshoring, que consiste na transferência de cadeias produtivas para países mais próximos dos grandes centros consumidores, especialmente os Estados Unidos.

Esse movimento não é trivial. Ele redefine fluxos globais de produção, reduz riscos logísticos e reposiciona países latino-americanos como peças-chave no novo tabuleiro econômico internacional. Um estudo com base em dados do Morgan Stanley aponta que o mercado ainda subestima ativos fundamentais da região, especialmente aqueles ligados à transição energética e à infraestrutura necessária para o avanço da inteligência artificial.

Nesse cenário, a América Latina deixa de ser periférica para se tornar central. Brasil e Argentina emergem como potências no setor de óleo e gás, ampliando sua relevância geopolítica. O Chile, por sua vez, consolida-se como protagonista global na oferta de cobre e lítio, minerais essenciais para baterias, eletrificação e tecnologias verdes. As projeções são expressivas: retornos estimados de até 176% na Argentina e 121% no Brasil até 2030.

A transformação vai além dos recursos naturais. A inteligência artificial começa a reconfigurar empresas tradicionais de energia, convertendo-as em verdadeiras infraestruturas tecnológicas globais. O TikTok já anunciou um grande investimento em data centers no Ceará. Nesse contexto, companhias latino-americanas ganham protagonismo inesperado. A Embraer, por exemplo, foi destacada com potencial de valorização de 163%, refletindo sua capacidade de inovação e adaptação a um mundo cada vez mais orientado por tecnologia.

Mas reduzir a América Latina à sua dimensão econômica seria um erro. A região também é uma potência cultural, com uma economia criativa vibrante e uma produção artística de enorme densidade e originalidade. Recentemente, visitei novamente o Memorial da América Latina, em São Paulo, espaço concebido para celebrar a integração latino-americana. O complexo abriga museus, biblioteca, teatro e recebe grandes eventos, como festivais gastronômicos e musicais, reafirmando o papel da cultura como elemento de identidade e integração.

É nesse espírito que a Fliporto – Festa Literária Internacional de Pernambuco, em sua edição de 2026, homenageia a literatura da América Latina e do Caribe, sendo uma festa literária internacional com uma tradição de 21 anos. Mais do que uma celebração literária, a Fliporto propõe um diálogo ampliado por meio da Fliporto Arte, integrando artes plásticas e visuais e reforçando a potência criativa da região.

Somos ibero-latino-americanos. Carregamos uma herança comum, múltipla e potente. E, neste momento histórico, a América Latina não é apenas promessa, é realidade emergente. É, sem dúvida, a bola da vez, na economia e nas artes.

Recife, 30 de abril de 2026.
Antônio Campos
Advogado, escritor e curador da Fliporto